

1 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
2 CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
3 E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF
4

5 ATA DA 100ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 23/11/2022
6

7 **Agenda da Reunião:**

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.00	Credenciamento	Miriam Fuckner – Secretária Executiva
2	8.30	Abertura e Aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da Ata da 99ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	8.50	Apresentação da Câmara Técnica da Cadeia Produtiva da Uva do Estado do Paraná	Eng. Agrônomo Ronei Luiz Andretta Coordenador do Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense – REVITIS
5	9.20	Resultados do Programa Renda Agricultor Familiar e Inclusão Produtiva e Solidária	Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-Paraná Everton de Oliveira – SEJUF Jefferson Vinicius Meister – SEAB
6	10.00	Resultados do Compra Direta/2022 e Avanços e desafios da produção orgânica para Alimentação Escolar	Marcia Stolarski – DESAN/SEAB
7	10.40	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura e Abastecimento Norberto Ortigara
8	11.10	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
9	11.30	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

8 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a
9 Centésima reunião do **CEDRAF**, na modalidade web, através do link
10 <https://meet.google.com/xuo-efgc-xqq>. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes
11 quinze conselheiros, sendo seis Conselheiros representantes do poder público e nove
12 Conselheiros da sociedade civil. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Gilson Nogueira Farias
13 – SICREDI; Leonardo Pereira Xavier – CEAGRO; Ivori Fernandes – UNICAFES; Jean Carlo
14 Pereira – CCA; Luiz Carlos Hartmann – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica;
15 Nilson Hanke Camargo – FAEP, Maria Izabel Rosa Guimarães – SEBRAE; Sandra
16 Aparecida Costa Ferrer – Representação da Mulheres Rurais; Bernardo Vergopolen –
17 FETRAF. **Conselheiros do Poder Público:** Everton de Oliveira – SEJUF; Guilherme
18 Schnell e Schuhli – EMBRAPA; Natalino Avance de Souza – IDR-Paraná; Carlos Henrique
19 Boscardin Nauiack – SETI; Norberto Anacleto Ortigara – SEAB, Nestor Bragagnolo – SEPL.
20 **Justificativas:** Associação dos Municípios e SEED justificaram a ausência. **Convidados:**
21 Jeffrey Albers – Conselheiro Suplente da FAEP; Olcimar Rosa – Conselheiro Suplente da
22 CCA; Marcos Gonçalves – Câmara de Meliponicultura; Daniel Ricardo Silva – SEED;
23 Daniele Martin Sandri – IDR-Paraná, Jefferson Meister – DEAGRO/SEAB; Márcia Cristina
24 Stolarski - DESAN/SEAB; Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-Paraná; Ronei Andretta
25 – DERAL/SEAB. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O Presidente do CEDRAF
26 **Norberto Ortigara** fez a abertura da reunião e apresentou a pauta, a qual foi aprovada.
27 **Item 3 – Aprovação da ATA da 99ª Reunião** que foi enviada anteriormente por meio
28 eletrônico foi aprovada sem alterações. **Item 4 – Apresentação da Câmara Técnica da**

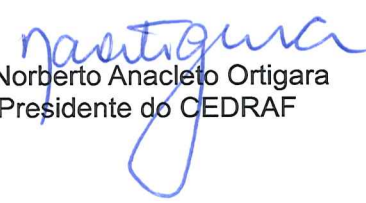
29 **Cadeia Produtiva da Uva do Estado do Paraná – Ronei Luiz Andretta Coordenador do**
30 **Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense – REVITIS**, fez uma rápida
31 contextualização sobre a produção de uva no Paraná, destacando especialmente a oferta
32 em relação à demanda. Na sequência apresentou o Programa de Revitalização da
33 Viticultura Paranaense que tem por objetivo a definição de bases técnicas, legais e
34 econômicas para o desenvolvimento e revitalização da viticultura e da agroindústria vitícola
35 no Estado do Paraná. Informou que os eixos do programa estão voltados para Pesquisa e
36 Produção, Organização da Comercialização, Desenvolvimento do Turismo, Apoio à
37 Agroindústria. Como resultados das ações destacou investimento de recursos no eixo de
38 apoio à pesquisa para multiplicação de material genético na Unidade IDR-Paraná em Santa
39 Tereza do Oeste; a realização de diagnósticos da produção, agroindústria, ater e pesquisa;
40 a estruturação do programa; a elaboração do regulamento técnico, a nova edição do livro
41 viticultura tropical; a criação da rede de pesquisa em viticultura; a assinatura de convênios e
42 projetos em andamento. Entre as próximas providências destacou a capacitação de técnicos
43 e agricultores em parceria com SENAR; a criação da Câmara Técnica Setorial da Cadeia
44 Produtiva da Uva; assistência técnica aos projetos conveniados; novos projetos grupais;
45 produção de material genético pelo viveiro. Apresenta para apreciação dos conselheiros a
46 proposta de criação da Câmara Técnica da Cadeia Produtiva da Uva, discorrendo sobre as
47 competências e a composição da mesma. Convidou as entidades que compõem o
48 CEDRAF, que tiverem interesse, para participarem da Câmara, sendo que a qualquer
49 momento poderá haver ampliação, conforme demonstração de interesse pelas entidades e
50 organizações. Relata que a Câmara deverá dar prioridade para encontrar respostas
51 tecnológicas à situação da contaminação dos parreirais por deriva de agrotóxico. Outro
52 estudo que a Câmara deverá se ocupar é sobre a criação de uma tabela de preços para que
53 todos envolvidos na cadeia possam ser remunerados adequadamente. **Luiz Carlos**
54 **Hartmann** sugere a representação da agroecologia na Câmara da Cadeia Produtiva da Uva,
55 destacando a Rede Ecovida, especialmente da região próximo a Bituruna, assim como
56 entidades de assistência técnica e extensão rural, do terceiro setor. **Maria Izabel Rosa**
57 **Guimarães** se coloca à disposição através do SEBRAE, para contribuir especialmente em
58 processos de Indicação Geográfica. **Nilson Hanke Camargo** relata a experiência de
59 Petrolina onde a produção de uvas é totalmente orgânica e **Ronei** acrescenta que a cadeia
60 produtiva lá é bastante organizada e que devido ao clima fazem duas podas anuais. No
61 norte do Paraná estão iniciando experiências com dupla poda, e que devido as diferenças
62 climáticas em cada região do Estado, existe a possibilidade de produzir todos os
63 subprodutos. **Bernardo Vergopolen** sugere que além da Fetraf-Paraná, sejam convidadas
64 a Unicafes e a CCA, além das entidades de ATER do terceiro setor. Colocada em votação a
65 criação da Câmara Técnica da Cadeia Produtiva da Uva do Estado do Paraná, foi aprovada
66 por unanimidade. **Item 5 – Resultados do Programa Renda Agricultor Familiar e**
67 **Inclusão Produtiva e Solidária – Ana Carolina Pedroso de Almeida da Área de**
68 **Promoção Social e Cidadania do IDR-Paraná e Everton de Oliveira da Unidade Técnica**
69 **de Programas, Projetos e Benefícios da SEJUF**, fizeram uma contextualização dos dois
70 programas que são executados através de termo de cooperação técnica firmado entre a
71 SEJUF, SEAB e IDR-Paraná. São programas inseridos no Nossa Gente Paraná, uma
72 estratégia estadual de enfrentamento à pobreza por meio da intersectorialidade, através do
73 apoio aos municípios e às famílias. Abrange as áreas de assistência social, habitação,
74 segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda e educação. **Everton** destacou que o
75 programa está em fase de repactuação com as prefeituras, por meio da assinatura de
76 Termos de Compromisso, sendo que trezentos e setenta e quatro municípios já fizeram
77 adesão. Os recursos do programa são oriundos do BID; do FEAS (Fundo Estadual de
78 Assistência Social); do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência); do FECOP (Fundo
79 Estadual de Combate à Pobreza) e do Tesouro do Estado. O Programa é direcionado para
80 famílias que estão em condições de vulnerabilidade social. Com base nos dados do
81 Cadastro Único é realizado um estudo que indica o Índice de Vulnerabilidade das Famílias
82 do Paraná (IVF-PR), composto pelos indicadores de acesso a trabalho e renda, condições
83 de escolaridade, adequação domiciliar e perfil da composição familiar. **Ana Carolina**

84 **Pedroso de Almeida** relatou sobre o Renda Agricultor o qual iniciou no ano de dois mil e
85 quinze e o programa Inclusão Produtiva Solidária, que teve início em dois mil e vinte, sendo
86 ambos executados pelo IDR-Paraná. Relatou sobre os objetivos, os critérios de elegibilidade
87 do público e as etapas de operacionalização de cada projeto. Destacou que até este ano o
88 Renda Agricultor atendeu seis mil novecentos e trinta e oito projetos, sendo que oitenta e
89 sete por cento deles são dirigidos a mulheres responsáveis familiares, ainda listou as
90 principais atividades produtivas apoiadas. Na modalidade Inclusão Produtiva Solidária foram
91 realizados quatrocentos e oitenta e sete projetos coletivos, sendo que destes foram
92 realizados cinquenta e sete projetos para indígenas e doze para comunidades quilombolas,
93 e noventa por cento dos projetos são dirigidos as mulheres. **Ana Carolina** apontou os
94 fatores de sucesso na operacionalização dos programas, destacando a importância do
95 trabalho intersetorial e as parcerias institucionais locais. Salientou que os programas, ao
96 atender a população em condição de vulnerabilidade apresentam resultados que vão além
97 da renda, promovendo a segurança alimentar e nutricional; a melhoria das condições de
98 vida e saúde; o enfrentamento a pobreza; as possibilidades de capacitação e o
99 desenvolvimento de habilidades; a sucessão familiar uma vez que foi observado o retorno
100 dos filhos para a unidade produtiva, além do fortalecimento dos vínculos familiares; o acesso
101 a serviços e outras políticas públicas e a visibilidade social trazendo um maior sentimento de
102 dignidade às famílias. Alguns relatos do público e de técnicos foram apresentados
103 comprovando estes resultados qualitativos para o programa. Como consequência de todo o
104 trabalho realizado o projeto foi premiado dois anos consecutivos na categoria Inclusão
105 Social do Prêmio Orgulho da Terra organizado pela RIC TV em parceria com o IDR-Paraná e
106 a OCEPAR. Também foi contemplado em duas categorias de premiações de Boas Práticas
107 em Gestão Pública – Nossa Gente Paraná. Em dois mil e dezenove foi destaque em
108 primeiro lugar no Prêmio SESI ODS e neste ano ficou em terceiro lugar nacional no Prêmio
109 Estratégia ODS Brasil 2022. Como perspectiva para o próximo ano, está em estudo a
110 criação do Projeto Complementar Saneamento Básico Rural – Morar Bem Paraná; a
111 inclusão da modalidade "Adolescentes Rurais" no Projeto Renda Agricultor; o aumento do
112 valor do repasse para as famílias; a inclusão de pescadores artesanais urbanos; a exclusão
113 do Índice de Vulnerabilidade Familiar – IVF para indígenas, quilombolas e outros povos e
114 comunidades tradicionais; a expansão de projetos para municípios ainda não atendidos,
115 além de ações de capacitação e fortalecimento da intersetorialidade nos projetos. **Jean**
116 **Carlo** destaca a importância desse trabalho dirigido ao público rural em vulnerabilidade,
117 salienta que as mulheres têm mais "garra" para enfrentar situações de vulnerabilidade.
118 Reforça a importância de ampliação do programa, na concepção de que se a família possui
119 um pedaço de terra, por mais pequeno que seja, há que se encontrar formas de ela produzir
120 ao menos para o autoconsumo. Propõe que representantes da sociedade civil, como
121 sindicatos e cooperativas da agricultura familiar, sejam integrados aos Comitês Locais; pois
122 alguns CRAS são voltados mais para o assistencialismo, apresentando dificuldades para
123 pensar questões produtivas. Reforça a importância de estimular projetos associativos
124 especialmente com os jovens e adolescentes. Sugere incluir estas famílias em
125 vulnerabilidade no programa estadual de compra de alimentos e no PAA. **Leonardo Pereira**
126 **Xavier** pergunta se as propostas para o próximo ano já estão garantidas e expressa que o
127 conselho deve apoiar para que haja ampliação do programa e que as perspectivas sejam
128 atendidas. **Everton** esclarece que as perspectivas são fruto de diagnósticos da equipe
129 durante o período em que vem executando o programa, e que boa parte delas já tem um
130 encaminhamento, o programa consta no plano de ação do governo estadual, assim como
131 existe previsão orçamentária na SEJUF e na SEAB, mas o apoio do conselho contribui para
132 consolidar as ações. **Marcos Gonçalves** manifesta que existe uma demanda para as ações
133 de saneamento básico entre os produtores orgânicos que buscam o reconhecimento junto
134 ao MAPA. Destaca também a importância da inclusão produtiva que gera transformação na
135 oferta de alimentos nos municípios. **Luiz Carlos Hartmann** sugere que seja criada uma
136 câmara técnica focada em desenvolvimento social que ajude o conselho a nortear as ações
137 das demais câmaras que tem tendência em focar no eixo produtivo. Considera importante o
138 conselho focar mais nas questões sociais. **Item 6 – Resultados do Compra Direta/2022 e**

139 **Avanços e desafios da produção orgânica para Alimentação Escolar**, representando o
140 Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da SEAB, **Márcia Stolarski** faz uma
141 contextualização sobre o Programa de Alimentação Escolar – PNAE desde dois mil e nove,
142 quando foi promulgada a lei que destina o mínimo de trinta por cento das compras da
143 agricultura familiar, destacando as ações do Estado visando cumprir esta legislação.
144 Destacou a criação da chamada pública eletrônica, uma modalidade que só existe no
145 Paraná, o valor diferenciado para produtos orgânicos, a atuação do Programa de Análise de
146 Resíduos de Agrotóxicos – PARA/PR que monitora produtos da alimentação escolar.
147 Demonstra que no período de dez anos houve um crescimento de trinta por cento na
148 quantidade de produtos orgânicos e nos últimos cinco anos o aumento de setenta por cento
149 de produtores entregando para a alimentação escolar. Para entregar cem por cento da
150 merenda orgânica, estima-se necessário vinte e três mil toneladas de alimentos, com doze
151 mil agricultores entregando. Salaria que o valor repassado pelo FNDE por aluno está
152 defasado, sem reajuste a mais de cinco anos e há uma restrição da PGE que se manifesta
153 contrária ao aporte de recursos pelo estado. Relata que os principais desafios estão
154 relacionados ao aporte de recursos; aumento de produtores e diversificação da produção;
155 distribuição de agricultores, de forma a atender regiões que são menos atendidas
156 atualmente; fortalecimento da pesquisa e ATER para melhorar a produtividade; atualização
157 da legislação visando o repasse de recurso diferenciado para a produção orgânica e para
158 produtores em transição. Na pauta do Comitê também está em debate questões
159 relacionadas à certificação orgânica, a ampliação da amostragem dos produtos analisados
160 pelo PARA/PR; a comunicação entre o público consumidor – diretores, professores,
161 merendeiras, alunos, criando uma identidade visual do alimento orgânico. Em relação as
162 estratégias destaca a importância de ocorrer um debate com o Comitê antes da abertura de
163 um novo edital; a ampliação da oferta de arroz, feijão, frutas, leite e derivados; o
164 estabelecimento de metas anuais para a ATER, capacitação, certificação, controle de
165 qualidade e aquisição, priorizando a agricultura familiar. Apresentou o orçamento destinado
166 pelas instituições para a operacionalização das estratégias propostas. Sobre o Compra
167 Direta, **Márcia** relata que todo o processo é realizado por sistema eletrônico, restringindo a
168 participação de DAPs jurídicas sediadas no Paraná. A exemplo das chamadas do PNAE é
169 definido limite por agricultor, a aquisição dos produtos é distribuída em grupos de alimentos,
170 existe priorização por proximidade do local de entrega e tipo de agricultor; os preços
171 praticados têm referência no DERAL, com acréscimo de trinta por cento para orgânicos.
172 Destaca a transformação do programa Compra Direta em política de estado, o que sinaliza a
173 continuidade da ação. Relaciona os resultados atingidos neste ano e demonstra a
174 distribuições das organizações que estão envolvidas no processo, atendendo todo o estado.
175 **Jean Carlo** sugere que o estado pressione o governo federal para que, no orçamento que
176 está sendo proposto pelo novo governo, exista recurso para aumento do valor da merenda
177 por aluno, assim como na negociação com a PGE, liberando o estado para ampliar o volume
178 de recursos destinados para a alimentação escolar. Ressalta a importância de fortalecer o
179 IDR-Paraná, no serviço de ATER. **Luiz Carlos Hartmann** destaca que do ponto de vista
180 técnico o estado já tem a direção, o que precisa é recurso, que se não for ampliado para
181 viabilizar as ações que estão projetadas, não haverá evolução na disponibilidade de
182 alimentos orgânicos. **Norberto** afirma que as alterações na tributação de alguns produtos e
183 serviços pelo governo federal, interfere diretamente nos recursos do FECOP – Fundo
184 Estadual de Combate a Pobreza e que tem a expectativa que o governo federal trabalhe de
185 forma mais cooperativa com os estados e que os valores para aquisição da merenda sejam
186 atualizados. **Luiz Carlos Hartmann** relata que na Câmara de Agroecologia está em debate
187 o decreto de transição agroecológica, com a preocupação de construir um programa
188 estadual de transição que envolva as organizações e as entidades de ATER, pois será
189 necessário olhar mais detalhadamente e propor ações integradoras para que estas famílias
190 que entram agora passem para a produção orgânica em um curto período. Relata que na
191 Câmara de Agroecologia tiveram a contribuição de pessoas do estado de Santa Catarina
192 que construiu um programa de transição, que destacaram a importância de definir o eixo
193 político pedagógico, pois é ele que dará intensidade nas ações técnicas e científicas para as

194 ações. **Natalino Avance de Souza** informa que o concurso para novas contratações no
195 IDR-Paraná está aguardando aprovação do governador, considerando que o PDV realizado
196 permite trazer novos funcionários. Esclarece que tem conversado com a Márcia que existem
197 oportunidades para melhorar a oferta de produtos orgânicos, mas há necessidade de as
198 cooperativas apoiarem no convencimento aos agricultores, pois são eles que têm o poder de
199 decisão. Se o produtor que ir para o orgânico o IDR-Paraná está preparado para apoiá-lo,
200 mas vender para alimentação escolar vai depender de os preços serem atrativos. Em
201 relação à cobertura de assistência técnica estão planejando criar mecanismos que permitam
202 compartilhar ATER com a iniciativa privada. **Leonardo Pereira Xavier** reforça a importância
203 da capacitação não apenas para agricultores mas também as merendeiras especialmente
204 quando são produtos diferenciados como frutas nativas, hortaliças não convencionais. O
205 maior desafio é o preparo de toda a comunidade escolar pois existe muita confusão sobre o
206 que é um alimento orgânico, pois o público em geral não entende muito bem o que é, e o
207 fato de uma escola adquirir alimento orgânico é uma oportunidade para fazer este debate.
208 **Marcos Gonçalves** ressalta que muitas vezes não chega a informação aos agricultores
209 sobre os mecanismos de certificação e reconhecimento da agricultura orgânica e se coloca
210 à disposição para esta orientação aos técnicos do IDR-Paraná, secretarias municipais de
211 agricultura, outras entidades de ATER, cooperativas de agricultores, entre outras. **Norberto**
212 agradece as sugestões e diz que serão analisadas tecnicamente pela equipe da SEAB em
213 em parceria com as instituições, para aperfeiçoar e consolidar esta política obtendo os
214 avanços que todos esperam. **Item 7 – Informes da Secretaria da Agricultura e do**
215 **Abastecimento:** o Secretário **Norberto Ortigara**, informa que o DESAN/SEAB está
216 tratando da possibilidade, ainda remota, de comprar os alimentos fora de padrão e
217 descartados pelos produtores, para fortalecer os bancos de alimentos, e desta forma,
218 somando com o que é doado no CEASA, ampliar a oferta para populações em insegurança
219 alimentar e nutricional. Relata que foi criado um grupo de trabalho que está debatendo o
220 regulamento de bio insumos no Paraná, que existem duas propostas, porém estas podem
221 esbarrar na legislação que está para ser votada na União. Assim é possível, que
222 inicialmente seja concebido um decreto criando a política de bio insumos, e depois que for
223 votada a legislação federal será criada a normatização estadual. Menciona que tem
224 programada uma oficina interna do sistema SEAGRI com o objetivo de planejar ações para
225 os próximos quatro anos, independentemente de quem for assumir a secretaria. O trabalho
226 será norteado por seis grandes linhas de ação que são: segurança alimentar, segurança da
227 informação, segurança energética e conectividade, segurança hídrica e sustentabilidade,
228 segurança produtiva e tecnológica e segurança sanitária. Relata que esteve em reunião que
229 tratou da taxaçoão do agro no estado, que a proposta foi retirada de pauta e voltará a ser
230 discutida porque o assunto é importante. Enfatiza que os estados e municípios perderam
231 muito recurso em função da mudança que houve pelo governo federal na tributação da
232 energia, comunicação e combustíveis. Diz que há um grande esforço do estado para
233 fortalecer a agropecuária, tendo em vista que este setor é significativo na geração de renda,
234 sendo a principal atividade econômica. **Item 8 – Assuntos Gerais:** Não houve assuntos
235 gerais para serem tratados. **Item 9 – Encerramento:** Sem mais nada a declarar o
236 Presidente do CEDRAF encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e
237 demais participantes. Eu Miriam Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata que
238 deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por
239 mim e pelo Presidente do CEDRAF.

240
241  Miriam Fuckner
242 Secretária Executiva


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF